

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 539.140 - DF (2019/0306625-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL  
MAYARA LIMA TACHY  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS  
TERRITORIOS  
**PACIENTE** : ITALO DA SILVA SOUZA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de **ÍTALO DA SILVA SOUZA**, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Extraí-se dos autos que o paciente foi condenado pela suposta prática do delito tipificado no art. 121, § 2º, IV, c/c art. 14, II, ambos do CP.

O Ministério Público apresentou recurso de apelação perante o Tribunal de origem, que lhe deu provimento para anular o julgamento efetuado pelo Tribunal do Júri, com fundamento no art. 593, III, alínea "d", do CPP, determinando a submissão da causa a novo julgamento (e-STJ, fls. 646-665).

Neste *writ*, a defesa requer, a concessão da ordem, liminarmente, para que fosse suspenso os efeitos do acórdão atacado até o julgamento do mérito do presente *habeas corpus* e, no mérito, pleiteia, em suma, a nulidade do referido acórdão.

A liminar foi indeferida (e-STJ, fl. 691).

As informações foram prestadas às fls. 706-709 (e-STJ).

**É o relatório.**

Decido.

É manifesta a perda superveniente do objeto do presente *habeas corpus*, tendo em vista que, consoante as informações de fls. 706-709 (e-STJ), o paciente foi submetido a novo julgamento em 5/11/2019, tendo sido absolvido, visto que o Conselho de Sentença respondeu afirmativamente ao quesito absolutório.

Ante o exposto, diante da substancial mudança na realidade fática do caso, com fulcro no artigo 34, inciso XI, do RISTJ, **julgo prejudicado** o pedido do presente *habeas corpus*, pela perda do seu objeto.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator